

Relatório FIB 12

a) Informações sobre a atividade

Título e tema do workshop: **Reconhecimento Facial: considerações sobre o banimento desta tecnologia digital no contexto da segurança pública brasileira**

Proponente do Workshop: Coalizão Direitos na Rede - CDR (Terceiro setor)

Co-Proponente do Workshop: CESeC (Academia)

Palestrantes:

Ana Gabriela Souza Ferreira - Orí Lab - Terceiro Setor

Pesquisadora Orí Lab. Coordenadora de Gênero, Raça e Diversidade do Artigo 19 Brasil e América do Sul. Ex-Coordenadora de Acesso à Informação na Artigo 19 do Brasil e América do Sul. Advogada. Professora. Mestra em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (2015), Especialização em Contencioso Cível (2012), Pesquisadora em Estudos Afrolatinoamericanos e Caribenhos pelo CLACSO, Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2010). Especializações complementares em Direito e Gênero pelas Universidades de Buenos Aires, Universidade de Pittsburgh e Universidade Diego Portales. Redatora de Conteúdo Digital da @professora.anagabriela.

Daniella Monteiro - PSOL/RJ - Governamental

Deputada estadual mais jovem do RJ, favelada, socialista e feminista, luta pela garantia de direitos presidindo a CDDHC da Alerj. Fruto da política de cotas e estudante do curso de Ciências Sociais da UERJ, toca o mandato com a política de manter um pé na institucionalidade e mil pés fora dela - uma atuação parlamentar com participação popular e coletiva, vocalizando a luta dos movimentos sociais.

Ingrid Soares - Escritório Mattos Filho - Empresarial

Advogada do Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados, atuando em propriedade intelectual, tecnologia, inovação e negócios digitais. É formada em direito pelo Centro Universitário de Brasília e é especialista no debate sobre inteligência artificial.

Nina da Hora - PucRio - Academia

Cientista da computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pesquisadora do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) - AI Ethics & Responsible AI, é hacker antirracista e atenta às intersecções raciais e de gênero no campo da tecnologia.

Pablo Nunes - CESeC - Academia

Doutor em Ciência Política pelo Iesp-Uerj. Coordenador adjunto do CESeC, onde participa de pesquisas relativas a: juventude, modelos de policiamento, análise de índices criminais, mídia e violência. Coordena a Rede de Observatórios da Segurança e o Panóptico, que monitora o uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública.

Paulo Victor Melo - Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania/UFBA - Academia

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e pós-doutorando na Universidade da Beira Interior - Portugal, como pesquisador do LabCom - Laboratório de Comunicação e Artes. É bolsista de pesquisa da Fiocruz, no projeto "Proteção de Dados Pessoais em Serviços de Saúde Digital". Coordenador do Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA. Vice-coordenador do Grupo de Pesquisa Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação). Coordenador do GT Políticas e Governança da Comunicação da Compólitica (Associação Brasileira de Pesquisadores/as em Comunicação e Política). Integrante do Interozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Moderador(a):

Raquel Rachid - Laboratório de Políticas Públicas e Internet - LAPIN - Terceiro Setor Advogada, pesquisadora do LAPIN e da Fiocruz; doutoranda em Mudança Social e Participação Política pela EACH/USP; mestra em Direito Político e Econômico, bem como bacharela em direito pela UPM; bacharela e licenciada em História pela FFLCH/USP.

Relator(a):

Janaina Spode - Coalizão Direitos na Rede - Terceiro setor

Coordena e desenvolve trabalhos na defesa dos direitos e da cidadania na rede através do ciberativismo e da conscientização pela defesa dos direitos humanos no ambiente virtual, em parcerias com pessoas, coletivos e entidades do Brasil, América Latina e Estados Unidos. É integrante da Casa da Cultura Digital Porto Alegre, um coletivo de ativistas, profissionais e pesquisadores fundado em 2012, focado em tecnopolítica e direitos digitais. Nacionalmente atua com a Coalizão Direitos na Rede na luta pelos direitos humanos e pela manutenção da privacidade e da Internet livre e aberta, juntamente com mais de 50 outras organizações das mais diversas áreas de atividade.

b) Estruturação do workshop

Objetivos e resultados (propostos e atingidos);

Em meio a um contexto no qual fatores como racismo, misoginia e LGBTQIA+fobia impactam a maneira como as pessoas têm seus corpos percebidos, interpretados, abordados, discriminados e reprimidos, tecnologias que se baseiam em rostos trazem preocupações específicas. Em casos limites, a ferramenta também pode levar a um cenário de criminalização do direito de protestos, diante do risco de que governos possam usá-la para perseguir determinados grupos. Já é consenso que, quando uma pessoa sabe que está sendo alvo de vigilância, ela tende a alterar seus comportamentos, se autocensurando. Assim, manifestações legítimas podem ser inibidas em um cenário no qual as ruas estão sendo vigiadas permanentemente para fins de segurança pública. Além disso, contratos firmados entre o poder público e a iniciativa privada para coleta e tratamento de dados biométricos são, com frequência, pouco detalhados à população, o que pode resultar no uso secundário desses dados para fins de interesse exclusivo do setor privado. Um exemplo é o caso de uma empresa de tecnologia dos Estados Unidos que usou dados gerados por câmeras corporais oferecidas à polícia para posteriormente treinar sua inteligência artificial. Mesmo que os erros de identificação decorrentes do uso do Reconhecimento Facial fossem alegadamente aproximados de zero, e que seus benefícios fossem comprovados, a vigilância constante, massiva e indiscriminada é, em si mesma, uma violação dos direitos e das liberdades. Ainda assim, apesar da gravidade, a ferramenta já está sendo utilizada na

maioria dos estados brasileiros. Por isso, não há que se falar em regulamentação do uso de tecnologias de reconhecimento facial no contexto da segurança pública, já que normas jurídicas não afastam seus males. E isso ficou bem claro durante a discussão do workshop. Promovemos a ampliação do debate sobre tecnologias que vêm mostrando seu potencial deletério - especialmente no contexto da segurança pública. Ainda, reforçamos os fundamentos da Campanha pelo Banimento do Reconhecimento Facial na Segurança Pública brasileira, a fim de que esse tema transborde para além da comunidade dos direitos digitais, tendo em vista a amplitude da pauta e a necessidade de pensar suas implicações no que diz respeito a uma série de grupos estigmatizados e sub representados.

Justificativa em relação à governança da Internet;

Considerando o fundamento provido pelos Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil, aprovados pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil no ano de 2009, entende-se que a proposta possui ampla relação com a liberdade, a privacidade e a observância de direitos humanos - já que promove um debate em favor de que não haja constrangimento ou violações a direitos humanos por meio do uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública, a fim de ser garantida a livre fruição de espaços públicos e o resguardo à proteção de dados pessoais sensíveis. Ainda, entende-se que apenas a governança democrática e participativa promove a escuta adequada (especialmente de grupos perseguidos e alvo do sistema penal), com vistas ao entendimento da viabilidade ou não de qualquer tecnologia - a partir do exercício de discussões e decisões coletivas. Entende-se, também, que para a observância à diversidade, não se pode abrir espaço para a utilização de tecnologias que determinam sérios danos em razão clivagens algorítmicas.

Metodologia e formas de participação desenvolvidas durante a atividade.

Dado início ao workshop (2 min.), cada participante teve 8 minutos para uma breve exposição da atuação do setor/entidade que representa no que diz respeito ao cenário ampliado do uso do reconhecimento facial, bem como de tecnologias digitais pelas forças de segurança pública. Após esse primeiro momento, a pessoa responsável pela moderação do debate fez considerações sobre o tema (3 min.), endereçando perguntas à mesa. Cada palestrante teve 5 minutos para tecer comentários sobre essas questões. Por fim, a pessoa moderadora do debate, aproveitou as falas para breves apontamentos e para direcionamento de perguntas enviadas pela audiência remota (2 min.) ou feitas pela audiência presencial (3 min.), às quais cada palestrante respondeu em 3 minutos para viabilização do encerramento da mesa (2min.).

c) Síntese dos debates

Síntese dos posicionamentos e propostas apresentadas pelos(as) palestrantes/debatedores e participantes (incluindo as perguntas);
Identificação de consensos, pontos a aprofundar e dissensos

TIPO DE MANIFESTAÇÃO (POSICIONAMENTO)	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
---------------------------------------	----------	----------------------	---------------------

OU PROPOSTA			
<p>POSICIONAMENTO :Raquel Rachid abre a discussão apresentando o vídeo da campanha #TireMeuRostoDaSuamira</p>	<p>Campanha foi lançada no dia 0 do FIB e apresenta uma carta online para assinatura: https://tiremeurostodasuamira.org.br/</p> <p>Vídeo: https://youtu.be/o7rn0AROX4</p> <p>Aborda tbm que a campanha acompanha outras iniciativas internacionais que tbm buscam o banimento da tecnologia do reconhecimento facial em algumas situações específicas.</p>		
<p>POSICIONAMENTO :Paulo Victor Melo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Compreende o reconhecimento facial, sobretudo aplicado à segurança pública, como uma atualização das tecnologias construídas para vigiar, segregar e controlar corpos que historicamente foram vistos como corpos “perigosos”. Por assim serem vistos, precisam ser aliados dos espaços públicos e submetidos à aprisionamento. Compara o reconhecimento facial como uma atualização da marcação em brasa dos negros escravizados que seria para identificar os corpos negros como mercadoria e pertencentes à alguém, e tbm outras tecnologias da época que ajudavam a manter negros escravizados. • O reconhecimento facial também é uma atualização do reconhecimento 	<p>Consenso</p>	

	<p>fotográfico, usado como uma forma direta de converter suspeitos em criminosos. Algo extremamente problemático num país onde “todos os negros se parecem”. Assim, como o reconhecimento fotográfico não fortalecerá o racismo?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aponta também que a tecnologia de reconhecimento facial fortalece o entendimento de que a vigilância é exercida pela força, pela ponta da arma apontada para um rosto/corpo vigiado. Esta tecnologia serve a este princípio, o de garantir que determinados corpos sejam mantidos em determinados lugares sociais, como o do “criminoso”. • O Brasil é um ótimo celeiro experimental para essas tecnologias, mas para isso é necessário que elas sejam acompanhadas de um discurso aceitável, como no caso, a segurança. Algo que vem permeando propostas políticas e discursos eleitorais. Isso prova a institucionalização desta lógica de “segurança pública” baseada na vigilância, segregação e controle. 		
<p>POSICIONAMENTO :Ana Gabriela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Conteste a premissa de isenção das ferramentas de tecnologia quando aplicadas à segurança pública. Devido a uma percepção comum de que a IA é algo matemático e incapaz de incidir em erros, temos como 	<p>Consenso</p>	

	<p>“consenso” social o entendimento de que essas tecnologias não cometem erros. Mas, se analisarmos como essas tecnologias funcionam e os dados inseridos, que partem de uma compreensão brancocêntrica, percebemos que há vieses na formação dessas tecnologias que acabam impactando nas suas precisões, principalmente qdo atuam em corpos negros e genderizados.</p> <ul style="list-style-type: none">• Reforça também o contexto da segurança pública no Brasil, o terceiro país que mais encarcera a população negra e que ao mesmo tempo infla a sensação de insegurança.• Adotar tecnologias de vigilância é adicionar mais “dispositivos estatais” para o controle de corpos indesejados. É reforçar uma sobreposição de criminalização sobre os corpos negros e genderizados.• O que antes o estado não conseguia negar o perfilamento e o racismo nas seleções de abordagens policiais, agora ele se aproveita do discurso da tecnologia neutra para reforçar este viés.• Por isso que é essencial que os estados abdicuem do uso dessas tecnologias pois elas acabam com vários preceitos, inclusive o da presunção de inocência.		
--	---	--	--

<p>POSICIONAMENTO : Ingrid Soares</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta a perspectiva do setor privado que é destoante do que vem sendo apresentado pelos colegas. • O setor privado é multifacetado, que vai desde grandes empresas como as bigtechs, até as pequenas startups. E como elas enxergam a inteligência artificial e a regulamentação varia, tendo aquelas que pautam uma auto-regulação e outras que acreditam na co-regulação. • A discussão sobre reconhecimento facial deve ser muito realista para o setor privado. E o que o setor nos diz é que o reconhecimento facial é usado em diversos países, e por bem ou por mal é uma indústria que movimenta bilhões de dólares anualmente. E o Brasil é um grande exportador desta tecnologia. Essa tecnologia já está aqui e já existe. Então o setor privado entende que não devemos discutir se ela deve existir ou não, pois ela já está presente. A discussão deve acontecer em torno das funções e aplicações desta tecnologia, e como ela vai atender (ou se vai atender) um estado democrático de direito. Se for o caso, precisamos de uma legislação que olhe pro contexto histórico do Brasil e não uma legislação que seja importada. A expectativa era que a Estratégia Brasileira de IA trouxesse isso, principalmente para 	<p>Dissenso</p>	
---	--	-----------------	--

	<p>a segurança pública. Mas infelizmente ela tratou o tema de forma genérica.</p> <ul style="list-style-type: none">• Este contexto é muito preocupante porque hoje estamos discutindo o banimento do reconhecimento facial, mas num futuro muito próximo vamos discutir outras tecnologias e os mesmos impactos que estamos discutindo agora.• A única maneira de tratarmos isso de modo eficiente é cobrarmos do setor público a mesma qualidade técnica, o mesmo nível de responsabilidade e transparência que é exigido do setor privado. Só teremos avanços se olharmos para o setor público da mesma forma que olhamos para o setor privado.• O reconhecimento facial na segurança pública é um exemplo disso. Várias empresas estão com setores focados em transparência e ética. O mesmo não acontece no setor público que já usa esta tecnologia sem nenhuma transparência. Principalmente no cruzamento de dados de vários bancos de dados. Nada se sabe como essas tecnologias estão sendo aplicadas na ponta.• Por isso que as grandes empresas de tecnologias estão estudando sim pararem de produzir tecnologias de reconhecimento facial, por não termos um padrão ético e		
--	--	--	--

	<p>transparente sendo aplicado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A IA é um espelho da nossa humanidade. Nos mostra o nosso reflexo. Nos mostra o que queremos ver e o que não queremos ver tbm. Temos uma oportunidade histórica de re-construirmos este espelho sem os erros do nosso passado. E para isso, um espaço plural é essencial. 		
<p>POSICIONAMENTO : Pablo Nunes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta um panorama das suas pesquisas no Projeto Rede de Observatório da segurança pública, em sete estados brasileiros, sobre os impactos do reconhecimento facial no Brasil. • Em 2019 se depararam com o primeiro caso de prisão por reconhecimento facial no Brasil, especificamente em Salvador. E ali foi o primeiro momento de alerta. E assim passaram a acompanhar os casos de prisões relatados na imprensa. • Ao final de 2019, 90% dos casos eram de pessoas negras presas por casos de não violência (furtos e tráfico de pequenas quantidades de drogas). O que já aponta para as consequências do uso desta tecnologia na segurança pública. • O caso do RJ é emblemático. As câmeras com reconhecimento facial começaram a operar em 2019 em Copacabana e no segundo dia já teve um 	<p>Consenso</p>	

	<p>erro grave onde uma mulher foi detida por horas. E o mais grave é que a pessoa procurada já estava presa há 4 anos. Quando questionados, a polícia militar respondeu que o erro aconteceu por terem usado um banco de dados desatualizado. Confessaram: “sabíamos mas era o único que tínhamos”.</p> <ul style="list-style-type: none">• Então, além dos vieses e problemas já apresentados, temos também o acréscimo deste sistema tradicional e problemático do que é a segurança pública.• Reforça também a fala do Paulo sobre os nomes dos projetos de segurança pública que tentam reforçar a ideia desses espaços onde devemos ou não nos sentirmos seguros, onde devemos circular ou não.• Lembra também das consequências graves para as pessoas que sofrem essas prisões injustas e que acabam pagando por erros que não cometeram. mais ainda para as que sofrem abordagens policiais arbitrárias repetidas vezes no mesmo dia que se agrava com o reconhecimento facial. Há um caso em que uma pessoa suspeita teve que ser deletada do banco de dados porque sempre que um jovem passava era identificado erroneamente como sendo o suspeito.• Sobre a falta de transparência, o LAPIN produziu um relatório		
--	---	--	--

	<p>super importante sobre alguns projetos de reconhecimento facial aqui no Brasil e os erros de abordagem, como o do caso do jovem de Salvador que está no vídeo, que foi abordado com uma arma na cabeça.</p> <ul style="list-style-type: none">• O CESeC produziu um material chamado Nego Trauma sobre o trauma sofrido nessas abordagens. Esse é um ponto crucial para discutirmos se o reconhecimento facial deve ser banido ou não. Não devemos considerar de forma etérea os relatórios de impacto, por mais importante que sejam, pois há vidas reais que estão sendo afetadas, tendo seus direitos violados.• Vale lembrar que segurança pública e política de segurança pública também envolvem um ator importante que as vezes fica esquecido que é o Ministério Público, que tem o dever constitucional de fiscalizar a atividade policial. Então é importante chamarmos a atenção do Ministério Público para que ele efetue a fiscalização desses abusos e uso indevido de base de dados.• Outro ponto importante é que normalmente na segurança pública há um discurso de que devemos suportar alguns “efeitos colaterais” para se ter os resultados desejados. mas por quê tem que ser		
--	---	--	--

	<p>a população negra que tem que sofrer para um fim de segurança pública que não acontece ou para um avanço tecnológico? A sociedade não deveria servir à tecnologia, mas sim a tecnologia deveria servir à sociedade.</p>		
<p>POSICIONAMENTO : Nina da Hora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não é nenhuma novidade que é a favor do banimento do reconhecimento facial. • Como cientista da computação, vem estudando o viés computacional que em 2018 passou a focar em raça e gênero. Nesta época, trabalhava numa startup de IA que trabalhava com reconhecimento facial e vem estudando esta tecnologia desde lá. • Destaco a diferença entre evolução da tecnologia e evolução humana. Não podemos deixar que a evolução humana seja ditada pela evolução da tecnologia. • Neste projeto trazido como exemplo, desenvolveram tecnologia de reconhecimento facial para liberação de interações com o usuário. Nina foi a única pessoa envolvida no projeto que não conseguiu usar a tecnologia. E a resposta do setor privado era que não se tinha tempo para se desenvolver algo melhor. Por isso acabou deixando o projeto. • Não tem como pessoas negras, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, trabalhem 	<p>Consenso</p>	

	<p>desenvolvendo tecnologias que as ferem diretamente. Quem passa por isso irá compreender que não deve ser o setor privado que deve ditar quais são as regras desta tecnologia. Ouso dizer que o setor privado não está preocupado com o aprimoramento dessas tecnologias. Estão interessados em desenvolver a tecnologia por ela mover muito dinheiro, mas não aprimorá-la.</p> <ul style="list-style-type: none">● O reconhecimento facial vem do princípio de uma análise de fenótipo e o seu uso colabora com que o Pablo acabou de explicar, com o encarceramento dos jovens negros. Essa tecnologia colabora com o fomento de uma vigilância em massa, ao exemplo do Afeganistão e a base de dados encontrada semana passada. Temos que ter muito cuidado quando falamos de aprimoramento de tecnologia e falamos só sobre tecnologia.● Olho com muito bons olhos a oportunidade de, em um evento como este, que a gente consiga falar em voz alta primeiramente e que a gente consiga ser escutado. A diversidade de discussões só é possível porque há pessoas hoje questionando os setores que tomam decisões sem transparência.● Para que o setor público e a sociedade civil consiga participar melhor		
--	--	--	--

	<p>das discussões sobre essas tecnologias e IA é preciso que o setor privado trabalhe melhor a sua transparência. Acabou sendo normalizado uma cultura, que não é brasileira, de que o algoritmo faz parte de um modelo de negócio, o que priva que pesquisadores investiguem os argumentos apresentados pelas empresas.</p>		
<p>POSICIONAMENTO : Dani Monteiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Seu mandato acompanha as pautas da sociedade e a tecnologia é uma delas. Vivemos uma sociedade metadados, metaversos, de um avanço tecnológico como um todo. ● Neste contexto há uma ampliação também do conceito de dados pessoais, que não é mais aquelas informações que você carrega na carteira em documentos oficiais, ou o álbum de fotos da família. Hoje produzimos dados pessoais o tempo todo. ● O controle desses dados está cada vez mais desafiador, e ao exemplo do RJ, esses dados tem servido para o controle social. Tanto que o tema do painel é segurança pública, onde o estado se utiliza de dados para o controle social, se tornando vanguarda no uso dessas tecnologias já em 2014 e 2016 com os mega eventos, passando a adotar em 2019 para a segurança pública. ● Mesmo que as câmeras estejam hoje desativadas 		

	<p>no RJ, recentemente foi inaugurado um Centro Integrado de Monitoramento na região metropolitana que pretende ampliar e difundir essa tecnologia.</p> <ul style="list-style-type: none">• O RJ tem um histórico de violência e chacinas, como em Jacarezinho, onde hoje há uma ocupação policial que passa a ser parte deste centro integrado.• Por que um território que tem sucessivamente uma violação de direitos precisa de circuitos de monitoramento? Será que não precisa mais de apoio, creches, etc do que câmeras? Será que o investimento não deveria ser em equipar os aparelhos públicos no território ao invés de investir em tecnologias de controle?• Há uma alarde de dados de alertas com o uso da tecnologia mas que resultam em poucas prisões efetivas. Mas ninguém conta o que aconteceu com a maioria dos alertas e se direitos foram violados nessas validações. Não há transparência.• Ao passo que avança o reconhecimento facial no nosso país, tbm avança a insegurança jurídica dele, tanto com efeitos físicos como mentais.• A instauração desse controle massivo traz a ideia de monitoramento permanente e opressor que impacta a vida de todos. A quem interessa esse controle massivo e opressor da sociedade? A quem esses erros		
--	---	--	--

	<p> pessoais e materiais afetam? O quanto será oneroso ao poder público a produção de uma tecnologia cara que produz erros e que traz a ideia de reparação para as pessoas afetadas? </p>		
<p> Moderadora Raquel Rachid abre para perguntas e considerações finais </p>			
<p> POSICIONAMENTO :Paulo Victor Melo </p>	<ul style="list-style-type: none"> <p> • A partir da convocação da colega do setor empresarial, em pensarmos alternativas a partir do contexto político e social brasileiro, a escravidão é o epicentro da tragédia brasileira. (texto de Antônio Prata). Assim, qualquer discussão sobre tecnologia na segurança pública tem que ser aberta pela discussão sobre qual é o epicentro da tragédia brasileira. Se não há esta perspectiva não há diálogo, por não ter a perspectiva do que é a história deste país. </p> <p> • Há uma pesquisa que apresentou que a segurança pública é a 4ª preocupação do brasileiro, mas qdo perguntado sobre o que se fazer para combater, ela cai para o 10º problema. Segurança pública se parece uma prioridade como discurso midiático para se gerar terror, pânico e dinheiro com os programas policiaiscos. temos outros problemas prioritários como a fome, a pobreza e a miséria. </p> 	<p> Consenso </p>	

<p>POSICIONAMENTO :Nina da Hora</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não basta termos revisão humana, pois temos que questionar quem estará fazendo esta revisão. • Estamos em ano de eleição e temos que pensar nos nossos papéis e responsabilidades de fala pois estamos falando de vidas. Estamos tratando de um assunto extremamente sensível que não se trata somente da tecnologia, é um assunto que pode determinar se pessoas podem sair ou determinar se podem viver. • Áreas como direito e setor privado as vezes tem a dificuldade de compreender que a dinâmica do problema do reconhecimento facial não é recente, e não é algo que nos dá a oportunidade de repensar esta tecnologia, mas ela traz uma oportunidade para as pessoas que estão construindo essas tecnologias de repensarem suas tomadas de decisões. 	<p>Consenso</p>	
<p>POSICIONAMENTO :Ana Gabriela</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Dispositivos antinegros entra na ideia de que conceitos e tecnologias de militarização são trazidas para o dia-a-dia das populações negras e de grupos étnicos. • Temos tecnologia antinegro porque o projeto do estado é de extermínio de tudo o que não é eurocêntrico. 	<p>Consenso</p>	
<p>POSICIONAMENTO :Pablo Nunes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • É fundamental falar sobre o Ministério Público. O controle da atividade policial é uma 	<p>Consenso</p>	

	<p>prerrogativa do MP após a Constituição de 88.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O controle da atividade policial é a menor preocupação do MP, segundo pesquisa. • As atrocidades só acontecem porque há uma estrutura que permite e isso deve ser investigado pelo MP. • Não podemos ver a violência policial sem VER as outras mãos que seguram a arma. 		
<p>POSICIONAMENTO : Ingrid Soares</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A campanha pelo banimento do reconhecimento vai efervescer dentro das empresas e espera que o diálogo seja ampliado e diverso. 	<p>Consenso</p>	
<p>POSICIONAMENTO : Dani Monteiro</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não podemos falar desta tecnologia sem vincular com as estruturas de estado que vivenciamos. • A polícia militar do RJ é herdeira da guarda real imperial. • O primeiro tribunal do país surgiu para prender e sentenciar negros rebeldes. E essas estruturas não mudaram de lá pra cá. Este é mais um tema que evidencia o racismo estrutural histórico. • No parlamento, o importante é levantar os dados, mapear as iniciativas similares, abrir audiências públicas e ir pro corpo a corpo com os parlamentares. • A tecnologia do reconhecimento facial deve ser banido na segurança pública e o setor empresarial e a sociedade civil tem um papel fundamental, 		

	inclusive na recusa de vender para o poder público.		
--	---	--	--